

A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO MAE - USP

Sandra Lacerda Campos*

A presente nota tem por objetivo apresentar um primeiro informe sobre a educação indígena em São Paulo e a participação do MAE na formação da primeira turma de professores do projeto de Magistério Indígena. Esta é uma tentativa de reflexão desta experiência, para mim ímpar, e que por várias vezes me colocou em confronto com os desafios antropológicos.

Trata-se de um momento histórico, visto que a educação oficial no Brasil só oferecia um modelo educacional negador da diversidade cultural e lingüística de suas populações, em nome de um processo civilizatório. Dos tempos dos missionários e jesuítas até os dias do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), houve a imposição de valores que negavam e tentavam suprimir as identidades culturais diferenciadas, realidade esta que começa a ser modificada.

Em um momento de lucidez histórica, a Constituição de 1998 reconheceu e assegurou aos povos indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada, multicultural e bilíngüe. Esta favorece o acesso aos conhecimentos universais, pelo uso da língua materna e pela valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais das populações indígenas, pela elaboração de material didático próprio e principalmente pela docência de professores indígenas, formados nas respectivas comunidades.

A partir de então, a coordenação das ações educacionais em terras indígenas ficou sob a responsabilidade do Ministério da Educação sendo que a execução das ações ficou sob a responsabilidade dos estados e municípios. Num esforço conjunto, vem se formulando uma política nacional de educação escolar indígena, cuja meta tem sido a formação diferenciada de professores dessas comunidades, a quem cabe a docência e a gestão das escolas, respeitando a diversidade social e cultural de tais populações.

A meta a ser atingida é a construção de

escolas nas aldeias em todo território brasileiro e a formação de professores indígenas que ministrem e valorizem o ensino na língua materna.

A educação indígena não é uma prática atual no país, pois várias comunidades, destacando-se as da região central do Brasil, já vêm aplicando um sistema educativo voltado à realidade cultural e lingüística há mais de quinze anos, coordenadas por organizações indígenas e entidades não governamentais. Porém, muitas escolas indígenas ainda não são reconhecidas e não estão vivenciando os direitos garantidos pela nova legislação.

No estado de São Paulo, o maior impulso ao projeto se deu no Governo Mario Covas sendo concretizado no ano de 2004 no Governo Geraldo Alckmin, com a formação da primeira turma de professores indígenas para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries).

A partir dessa iniciativa governamental, São Paulo se tornou o pioneiro a reconhecer oficialmente e a vincular à Secretaria de Estado da Educação a educação indígena para as cinco etnias, com vivências culturais distintas, aldeadas em todo o estado, a saber: Guarani, Tupi Guarani, Krenak, Kaingang e Terena, abrangendo regiões da capital, do litoral e do interior. São mais de vinte aldeias a serem atendidas, com a construção e manutenção das escolas, com a formação do corpo docente e dos dirigentes das respectivas comunidades.

Nos últimos anos, com as mudanças legais e administrativas podemos testemunhar uma verdadeira transformação em curso que vem proporcionando a inclusão e regularização das escolas em terras indígenas, fato este que tem gerado novas práticas, pois, não é mais o aluno indígena que deve procurar a escola e sim a escola que gradativamente vai ao seu encontro, oferecendo programas educacionais dirigidos especificamente às populações indígenas, tanto legal como administrativamente.

No entanto, todas essas questões criaram um grande desafio a ser enfrentado: a qualificação profissional dos atores pedagógicos envolvidos no processo de institucionalização das escolas

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Laboratório de Etnologia do Serviço Técnico de Curadoria.

indígenas e a formação dos docentes de todas as comunidades do Estado.

Sendo assim, o Núcleo de Educação Indígena de São Paulo (NEI), criado pela Secretaria de Estado da Educação em 1997, elaborou e desenvolveu o projeto “Magistério Indígena” que deu continuidade aos princípios da Constituição de 1998.

Restava, então, ouvir as partes interessadas. Assim sendo, seguiram-se dois anos de discussão – 2000 e 2001 – com as lideranças das comunidades indígenas no sentido de compreender as expectativas e dialogar com essas sociedades, para a elaboração de currículos e programas específicos adequados às peculiaridades culturais dos diferentes povos. Colocou-se em debate: “A Escola que Temos, a Escola que Queremos”. Era este o último passo para se pôr em prática os direitos indígenas há muito reivindicados.

De acordo com esses parâmetros, a formulação e a aplicação do Projeto Pedagógico de Formação de Professores Indígenas foi promovida e coordenada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo que para o desenvolvimento das atividades relativas ao projeto de capacitação, contou com o apoio de professores e especialistas das universidades paulistas para a composição do corpo docente, do qual, enquanto antropóloga e servidora da Universidade no Museu de Arqueologia e Etnologia, tive o privilégio de participar.

A partir de então, durante os anos de 2002 e 2003 o MAE participou do curso de capacitação de professores indígenas do estado de São Paulo, sediando e promovendo atividades para grupos indígenas das cinco etnias aldeadas em São Paulo, fornecendo subsídios à disciplina “Projetos de Aplicação”, por mim ministrada.

A disciplina teve como objetivo a orientação para o desenvolvimento de projetos no âmbito da educação/ ensino, que estendam os conteúdos curriculares para além da sala de aula.

A proposta visava subsidiar a elaboração de projetos de atividades e a criação de espaços de interação com as populações das comunidades indígenas, propiciando a socialização de conhecimentos através de oficinas, de livros didáticos, visitas monitoradas, entre outros, onde o aprendizado se estenda através de

práticas de manufatura e conhecimento simbólico dos objetos, bem como do relato de mitos de cada cultura, levando o professor indígena a refletir sua prática pedagógica dentro e fora da sala de aula.

Nesse contexto, o MAE cumpriu um papel importante enquanto difusor do conhecimento etnológico, pois os professores indígenas tiveram oportunidade de desenvolver suas atividades discutindo o papel pedagógico dos acervos de Museus e principalmente, como os Museus Etnográficos se tornam fontes de pesquisa, onde é possível analisar a produção de objetos da cultura material de cada etnia em diversos momentos históricos. Com isso, tiveram conhecimento do quanto é possível divulgar, de maneira mais ampliada, aspectos tradicionais de sua cultura para as gerações mais novas, podendo recuperar práticas que já haviam sido perdidas, ou pela falta de interesse de aprendizado por parte dos mais novos ou pela falta de quem as soubesse transmitir.

As atividades no MAE foram desenvolvidas em três etapas, em dois dias, totalizando 16 horas.

Na primeira etapa, em sala de aula, foi dada orientação teórica de como elaborar um projeto temático a ser desenvolvido em cada uma das escolas nas aldeias, respeitando as necessidades de cada uma em função da diversidade cultural (Fig. 1). O assunto foi muito discutido, chegando-se a uma conclusão comum de que “qualquer projeto deve ser discutido pela comunidade em geral e cabe ao professor indígena estruturar os projetos, seguindo as etapas formais para encaminhá-los aos órgãos de financiamento”



Fig. 1 – Alunos indígenas em aula ministrada por Sandra Lacerda no MAE.

Dentre as várias propostas que surgiram, uma sugeria o registro das peças existentes nos museus e a divulgação para toda a comunidade indígena. Seria um registro bilíngüe, com imagens dos objetos, formas de uso, nome do objeto na língua materna, se ainda são produzidos ou não e porquê. Isso auxiliaria na proposta de estimular os mais velhos a ensinar algumas técnicas que se perderam por falta de interesse das gerações mais novas.

A segunda etapa foi aplicada no Laboratório de Etnologia, do Serviço Técnico de Curadoria, onde foram informados de que as pesquisas desenvolvidas têm como base a investigação dos objetos, fundamentada em toda documentação de apoio que acompanha os artefatos: livros de tombo, cadernos de campo dos coletores, inventários e fontes bibliográficas.

Foi aplicado um exercício que direcionava os participantes para a descrição e investigação de dados sobre o artefato, como: matéria prima, quem faz (homem ou mulher), quem usa, quando é usado, quem o coletou, quando foi coletado e o número de registro (Fig. 2). Os resultados foram muito interessantes, pois após o registro das informações que conheciam, o grupo investigou nos livros de registro os dados desconhecidos.

O exercício despertou muito interesse, demonstrando na prática o papel do professor indígena como investigador de sua cultura, principalmente de que é possível buscar em outras fontes elementos para o resgate de suas tradições. Ficaram muito entusiasmados, pois descobriram que o MAE é uma fonte extraordinária de informações e principalmente de intercâmbio de conhecimentos.

O grupo todo considerou muito importante conhecer os objetos antigos conservados no museu, principalmente por preservar a memória cultural dos povos indígenas. Reforçaram a importância da guarda e exposição dos artefatos no MAE, como maneira de divulgação das culturas indígenas, principalmente as já extintas, para todos os brasileiros.

Outro ponto reforçado foi a importância de



Fig. 2 – Atividade de reconhecimento de peças do acervo no Laboratório de Etnologia.

conhecer o que seus antepassados faziam e tentar resgatar as antigas tradições para que as culturas indígenas existentes também não sejam extintas e continuem a manter sua identidade.

Após o término das atividades no laboratório, foi feita uma apresentação dos setores do Serviço Técnico de Curadoria, para informação sobre os processos a que o acervo é submetido para garantia de sua preservação e pesquisa. Foram apresentados por seus responsáveis os setores de: Documentação – que armazena todos os documentos de referência dos objetos; Laboratório de Conservação e Restauro – que garante a preservação física do acervo; Laboratórios de Arqueologia – que desenvolvem pesquisas com materiais arqueológicos e a Reserva Técnica – onde o acervo fica armazenado de maneira apropriada e em condições climáticas controladas (Figs. 3, 4, 5).

Foi uma ocasião importante em que os indígenas puderam conhecer todo o trabalho de preservação que o Museu desenvolve com o patrimônio cultural de várias gerações de grupos étnicos distintos, desde a sua coleta, as formas de documentação, as atividades de pesquisa, os meios de conservação e os cuidados com a guarda e o armazenamento, até as formas de divulgação.

A terceira etapa foi monitorada pelo Serviço Técnico de Musealização do MAE, que desenvolve atividades educativas, apontando o museu como um dos recursos pedagógicos. O trabalho de pesquisa é centrado na cultura material dos povos



Fig. 3 – Apresentação do Laboratório de Conservação e Restauro (por Gedley Belchior Braga e Silvia Cunha Lima).



Fig. 4 – Apresentação do Laboratório de Arqueologia (por Cristina Demartini).



Fig. 5 – Apresentação da Reserva Técnica (por Sandra Lacerda e Regivaldo Leite).

indígenas, que evidencia a diversidade étnica manifesta nos objetos.

Nessa atividade os alunos puderam manusear várias peças de grupos distintos, percebendo que cada cultura manifesta seu universo simbólico e cultural através dos objetos de maneiras distintas e peculiares de acordo com a visão de mundo de cada etnia (Fig. 6).

Posteriormente, foram monitorados em uma visita à exposição “Formas de Humanidade”, onde identificaram objetos tradicionais de sua cultura que não são mais confeccionados por fatores como: esgotamento de matéria prima, técnicas que foram esquecidas pois os mais novos não aprenderam com os mais velhos e outros que perderam o sentido pois algumas atividades culturais não são mais praticadas (Figs. 7, 8).

A participação foi muito atuante e, durante a visita ao setor indígena, surgiram vários comentários e algumas críticas sobre informações incorretas ou ausência de objetos importantes, como a do cachimbo no manequim Guarani, objeto este que posteriormente foi confeccionado pela senhora Jandira, cacique da aldeia do Jaraguá e doado ao MAE.

Em certos momentos alguns ficaram emocionados ao verem objetos antigos que só conheciam pelos relatos de seus avós e de parentes mais velhos (Fig. 9).

O setor de arqueologia brasileira também despertou interesse e muita curiosidade, pois determinadas tradições cerâmicas, como a Tupy Guarani, estavam presentes e foram reconhecidas por alguns participantes.

Finalizando, houve uma reunião para avaliação das atividades desenvolvidas no Projeto Aplicativo, na qual todos os alunos quiseram manifestar suas opiniões.



Fig. 6 – Atividade educativa monitorada (por Judith Mader Elazari).



Figs. 7 e 8 – Atividade monitorada (por Camilo de Mello Vasconcellos), na exposição do MAE.



Fig. 9 – Atividade monitorada (por Camilo de Mello Vasconcellos), na exposição do MAE.

Em termos gerais, as observações foram muito satisfatórias e até gratificantes, pois eles se manifestaram surpresos com o que vivenciaram nos dois dias em que estiveram no Museu. A princípio, acharam que seria apenas mais um passeio e, depois de tudo o que viram, concluíram que foi pouco tempo para conhecer tudo o que se tem para conhecer no MAE. Chegaram a uma conclusão geral sobre a importância da visita, na medida em que tiveram a oportunidade de conhecer, ver e tocar artefatos antigos, que só tinham conhecimento através de relatos de seus avós. Essa experiência sensibilizou muitos indígenas que manifestaram a importância e o desejo de trazer ao MAE outros membros de sua comunidade, como seus alunos e principalmente os parentes mais velhos.

Referência bibliográfica

GRUPIONI, L.D.B. (ORG)

- 2001 *As Leis e a Educação Escolar Indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

Comentaram ainda que se sentiram muito bem recebidos e que foram informados que o Museu achou importante receber representantes de algumas etnias produtoras de vários artefatos que ali são preservados.

Como capacitadora, considero importante o esclarecimento de uma atuação consciente do educador indígena e o debate sobre as condições históricas que favorecem a sua formação, pois estamos em um momento histórico em que começa a se consolidar um processo educativo voltado para as populações indígenas. O debate sobre a atual legislação reforçou a necessidade de desenvolver procedimentos que garantam uma educação

diferenciada de boa qualidade e em condições de infra-estrutura favoráveis a esse ensino por parte de seus agentes, os próprios professores indígenas.

A divulgação do MAE, neste momento, e de suas pesquisas no campo da Etnologia Indígena reforça e incentiva um diálogo intercultural importante, além de abrir um espaço de interlocução acerca da cultura material e da diversidade cultural, entre pesquisadores, difusores e produtores.

Acredito ser este um dos grandes desafios antropológicos, ou seja, de sempre estar atento à diversidade cultural do universo social que nos propomos compreender, pois cada sociedade, a seu modo, representa o mundo e a natureza a sua volta de maneiras bem peculiares.